

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.630.579 - SC (2019/0359082-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO CENI LEMOS - SC013057
LUIS CARLOS SCHMIDT DE CARVALHO FILHO - SC013200
DEBORA SILVA KANTOR - SC034927
FELIPE FROESCHLIN - SC028392
AGRAVADO : VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA
ADVOGADO : LUIS FRANCISCO MORAES DEIRO - RS057718

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REJEIÇÃO NA ORIGEM. INSURGÊNCIA DA PARTE EMBARGANTE. PRELIMINAR. DIREITO TEMPORAL. DECISÃO PROFERIDA SOB A ÉGIDE DA LEI 5.869/73. ANÁLISE RECURSAL NA ÓTICA DESTA LEI. EXEGESE DO ARTIGO 14 DA LEI 13.105/2015. TEORIA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. MÉRITO. DEFEITO NO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO. INOCORRÊNCIA. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA E DESCRIÇÃO DOS ENCARGOS INCIDENTES. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 614, INCISO II, DA LEI 5.869/73 NÃO CONSTATADA. "Válido e suficiente é o demonstrativo do débito atualizado que possibilita ao juiz verificar como o credor chegou ao saldo executado". (TJSC, Apelação Cível n. 2006.002392-7, de Tubarão, rel. Des. Jânio Machado, j. ceL3 14-10-2010). JUSTIÇA GRATUITA. ENTIDADE DE FINS FILANTRÓPICOS. ALEGAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA CONFORTADA PELO CONTIDO NO PROCESSO. NECESSIDADE DO BENEPLÁCITO DEMONSTRADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 1.022, II, e 489, § 1º, II e IV, do Código de Processo Civil e 614, II, do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que o credor não teria instruído a execução com a memória de cálculo.

Superior Tribunal de Justiça

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não houve argumentos em torno dos artigos 1.022, II, e 489, § 1º, II e IV, do Código de Processo Civil.

O Tribunal local, outrossim, concluiu "que o demonstrativo de débito, que repousa à fl. 18 da demanda expropriatória, é suficiente para apurar a origem e evolução da dívida, não havendo falar em prejuízos à parte apelante quanto à compreensão do valor a ser pago" (e-STJ, fl. 112).

O argumento da recorrente está, portanto, em dissonância com a conclusão do acórdão local, a par de que somente com a incursão nos cálculos apresentados seria possível infirmar tal conclusão.

Inequívoca, pois, a incidência dos enunciados n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso. Nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora